

A *Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal Of Law) RDBras* é uma publicação semestral da Editora Revista dos Tribunais e oficial do Conpedi, que visa fomentar o estudo das questões mais relevantes que envolvem a jurisdição constitucional tanto em âmbito nacional quanto internacional. Neste sentido, procura-se estudar os principais temas do Direito Contemporâneo de modo reflexivo e dialético. Objetiva-se criar um campo vasto de discussão e aproximação do Direito interno e internacional, propiciando um intercâmbio de informações e soluções sobre as mais diversas questões jurídicas situadas no âmbito da jurisdição constitucional. Tem como finalidade oferecer aos estudiosos do Direito uma visão atualizada dos principais temas das Cortes Constitucionais, buscando aproximar a teoria da prática.

Para tanto, o periódico traz artigos doutrinários inéditos, nacionais e estrangeiros, sendo 20% dos artigos enviados, a cada edição, por autores convidados de significativo conhecimento do tema, tanto de âmbito nacional quanto internacional. Já os artigos restantes passam necessariamente pelo sistema *Double Blind Peer Review*, em que o artigo é avaliado por Doutores em Direito que desconhecem os autores, assim como estes desconhecem os seus avaliadores. A avaliação ocorre, necessariamente, por no mínimo dois pareceristas *ad hoc* (avaliadores). Todavia, caso haja discrepância superior a três pontos (avaliação de zero a dez), ocorrerá uma terceira avaliação. Importante destacar, que os avaliadores da *RDBras* são professores de programas de Mestrado e Doutorado em Direito e foram (e continuarão sendo) indicados pelos coordenadores dos programas de Pós-graduação em Direito de todo o Brasil.

Para se evitar o plágio, assim como artigos não inéditos entre outros problemas, mas, principalmente, para garantir a longevidade das publicações e facilitar a sua identificação no meio eletrônico, todos os artigos aprovados serão registrados no sistema *Digital Object Identifier – DOI*.

A *RDBras* terá sempre uma versão impressa e outra eletrônica, sendo que na futura versão on-line os artigos estarão em duas línguas: inglês/espanhol ou inglês/português. Os artigos obedecerão às regras da ABNT e deverão possuir os seguintes requisitos: (a) ser inédito; (b) conter resumo na língua portuguesa ou espanhola e inglesa com no mínimo 100 palavras e no máximo 250 palavras; (c) conter no mínimo três palavras-chave e no máximo cinco na língua portuguesa ou espanhola e inglesa (separadas por ponto); (d) desenvolvimento e referências; (e) possuir de 15 a 30 laudas no formato Word (A4, posição vertical; fonte: Times

New Roman; corpo: 12; alinhamento: justificado, sem separação de sílabas; entre linhas: espaçamento um e meio; espaçamento simples entre as linhas do resumo em português ou espanhol e inglês; parágrafo: 1,5 cm; margem: superior e esquerda – 3 cm; inferior e direito – 2 cm); (f) as citações devem obedecer às regras da ABNT (NBR10520/2002); (g) as referências devem ser conforme a ABNT (NBR 6023/2002); (h) o sistema de chamada das referências das citações diretas ou/ indiretas pode ser autor-data ou numérico (NBR 10520/2002). As notas de rodapé, se necessárias, devem ser somente explicativas (NBR 6022/2003) e (i) conforme a NBR 6024/2003, os títulos, subtítulos e sub-subtítulos devem ser alinhados à esquerda e conter um texto relacionado com eles.

Há que se destacar ainda que em cada edição poderão ser criteriosamente selecionados acórdãos, de inteiro teor, pelos editores e membros do comitê de política editorial, com o máximo de seis meses de publicação e acompanhados de uma resenha do julgado. Poderão constar também de cada edição, resenhas de obras jurídicas, legislação nacional, estrangeira ou internacional comentada e pareceres.

A *RDBras* divide-se em uma Parte Geral, onde são abordados temas genéricos e relevantes da justiça constitucional, e uma Parte Especial, que versa sobre temas específicos, divulgados por edital em chamadas públicas. Nesta primeira edição, o tema específico escolhido é o “Estatuto do Estrangeiro: Extradicação, Expulsão e Asilo Político”, tendo em vista a relevância da matéria para o Brasil em face das recentes decisões do STF sobre extradicação, bem como para os demais países, por se tratar de questão que ultrapassa os limites dos Estados, recebendo tratamento internacional, principalmente após os ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos da América.

Debruçados sobre a perspectiva da jurisdição constitucional e dos temas relativos ao “Estatuto do Estrangeiro: Extradicação, Expulsão e Asilo Político”, estudiosos nacionais e internacionais das mais diferentes áreas e regiões do Brasil, professores, pesquisadores e alunos, reúnem-se nesta primeira edição da *Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal of Law)*, para enfrentar o tema proposto sob os mais diferentes enfoques – o que contribui indubitavelmente para a sua riqueza e completude.

Nesse sentido, na parte geral da *RDBras*, contamos com o texto de autoria de Flávio Augusto de Oliveira Santos que trata do desenvolvimento nacional sustentável como direito fundamental à luz da Constituição de 1988, e tem por finalidade precípua analisar o desenvolvimento sustentável no Brasil.

No tocante à atuação do Poder Judiciário na atualidade, Francisco Emilio Baleotti e João Carlos Leal Junior abordam aspectos relevantes do acesso à Justiça e do duplo grau de jurisdição. No tocante à judicialização dos direitos fundamentais, tema constante da pauta de julgamentos do Supremo Tribunal Federal, temos o artigo de Katia Cristine Santos de Oliveira e Jamille Coutinho Costa que analisam o fenômeno da judicialização da saúde como forma de garantir o mínimo existencial tendo em vista a inefetividade das políticas públicas na área. O Prof. Luiz Edson

Fachin, em seu texto “Entre duas modernidades: a constituição da *persona* e o mercado”, aborda os aspectos controvertidos da relação *persona* e mercado.

Christian Magnus de Marco e Katiane Sandrin analisam a ação civil pública como instrumento de tutela dos direitos individuais homogêneos em matéria de seguridade social. Já o Desembargador e Prof. Rogério Gesta Leal enfrenta uma das questões mais polêmica na atualidade: o direito de informação previsto na Constituição de 1988 e o acesso aos documentos produzidos pelo regime militar no Brasil. Bruno Jorge Rijo Lamenha Lins faz criteriosa reflexão sobre a segurança pública na Constituição de 1988.

Ainda na temática dos direitos fundamentais, o Prof. Marlon Tomazette aborda a “Liberdade de associação e o recesso nas sociedades limitadas”. Já Daniel Santos Prado trata de questão de supina importância no Direito Tributário: “A exoneração tributária e o direito de crédito nos impostos sobre consumo”. O tema dos quilombolas também é abordado por Germene Mallmann que analisa as comunidades remanescentes de quilombo em face do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A temática do desenvolvimento de políticas públicas e os direitos humanos é abordada por Daniela Menengoti Ribeiro e Luiz Sérgio Moreira dos Anjos.

No âmbito do Direito Internacional a participação social e democrática no Parlasul é enfrentada por Luana Paixão Dantas do Rosário. Já o Prof. Sydney Guerra em seu texto trata da responsabilidade internacional do Estado e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, tema de extrema relevância em face da condenação recente do Brasil na Corte Interamericana de Direitos no caso da Guerrilha do Araguaia.

Na Parte Especial, a *RDBras* traz o artigo de Pedro Augusto Gravatá Nicoli, que versa sobre o “Trabalhador imigrante em condição de irregularidade: as sanções do Estatuto do Estrangeiro brasileiro e a abordagem baseada em direitos da OIT”, que é tema de grande relevância para a comunidade internacional em face do processo de globalização.

Já o Prof. Florisbal de Souza Del’Olmo aborda o afastamento compulsório de seres humanos na atualidade e estuda algumas peculiaridades da extradição. Priscila Caneparo dos Anjos analisa o novo Estatuto do Estrangeiro em face da impossibilidade de aquisição de terras em região de fronteira por estrangeiros, como uma nova hipótese de expulsão. O tema da liberdade de crença religiosa em face do fluxo migratório no Brasil e a busca pelo asilo é enfrentado por Jociane Machiavelli e Priscila Carla da Silva Ely.

A questão dos apátridas é enfrentada por Luma Goularte Sant’Anna e Maria Fernanda Pereira Rosso no artigo “Brasileirinhos apátridas: o caso dos filhos de brasileiros nascidos no exterior”. A Profa. espanhola María Méndez Rocasolano analisa os movimentos migratórios e os direitos humanos dos estrangeiros em face da dignidade da pessoa humana. Conclui a edição o artigo da Profa. italiana

Maristella Amisano Tesi, que aborda a extradição sob a ótica das escolhas políticas e da atuação judiciária.

Por fim, gostaríamos de agradecer a todos os autores que colaboraram nesta primeira edição, bem como aos pareceristas que levaram a efeito a criteriosa avaliação dos artigos em tempo recorde diante das dificuldades que enfrentam todas as primeiras edições.

A todos desejamos uma excelente leitura!

VLADMIR OLIVEIRA DA SILVEIRA  
*Coordenador.*